

# Em busca do elo perdido: sobre a gênese dialética da categoria capital

**João Leonardo Medeiros**

Professor de Economia  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Leonardo de Magalhães Leite**

Professor de Economia  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Em busca do elo perdido: sobre a gênese dialética da categoria capital**

**Resumo:** O presente artigo discute os elementos que conectam os capítulos III e IV do Livro I d'O *capital*, de Karl Marx, procurando estabelecer um nexó lógico explicativo em relação a transformação do dinheiro em capital. A partir de uma leitura sobre a forma dialética estabelecida pela exposição de Marx, os autores se valem do debate bibliográfico em torno da questão para, a partir dele, apontarem uma interpretação na qual haveria não apenas um método dialético exposto, mas também uma apreciação do caráter histórico ao problema. Dessa forma, a transição do dinheiro em capital seria marcada por uma transformação histórica, por vezes secundarizadas nas análises sobre a obra de Marx.

Palavras-chave: 1. O Capital; 2. Dinheiro; 3. Capital

**In search of the missing link: about the dialectical genesis of capital as category**

**Abstract:** The following paper discusses the elements that connect both chapters III and IV from Book I of Karl Marx's *Das Kapital*, trying to establish an explanatory logical nexus related to the transformation of money into capital. From a reading about the dialectical form established by Marx's exposure, the authors draw on the bibliographic debate around this question to point out an interpretation in which Marx's work not only presents a dialectical method, but also an appreciation over the historical feature of this problem. In this sense, the transition between money to capital would be characterized by a historical transformation, a feature underestimated in many analyses around Marx's work.

**Keywords:** 1. Das Kapital; 2. Money; 3. Capital

É bem conhecida a preocupação de Marx com o acabamento estilístico de sua obra magna, *O capital*, cujo texto era preparado com o zelo da composição de um “todo artístico” (Marx, 2010, p. 173). A forma de *O capital* é, de fato, um convite à reflexão, embora por vezes funcione como combustível para alimentar a chama do debate interpretativo. Um desses casos é o da redação do Capítulo III e da transição para o capítulo seguinte, que até hoje desconcerta os leitores.

Não são poucos os que se surpreenderam ao deparar-se, já no início do Capítulo IV, com o enunciado da categoria capital e da correspondente forma de circulação do valor. O circuito  $D - M - D'$  irrompe repentinamente no texto, deixando em muitos a impressão de que há uma desconexão com o argumento dos capítulos anteriores. Na verdade – e isso justamente é o que se pretende defender –, já no Capítulo III, em particular em sua última seção, Marx desenvolve um complexo argumento teórico para descortinar a lógica (dialética) por detrás da emergência histórica da categoria capital. Não há, de fato, uma inflexão no argumento que tornaria súbito o aparecimento do capital logo na primeira linha do capítulo seguinte. Considerando, entretanto, que numerosos intérpretes da obra, inclusive alguns dos mais afamados, tenham ignorado a relação entre as duas seções ou, de modo explícito, afirmado que a categoria capital sai da cartola de Marx no início do Capítulo IV, parece claro que ainda há o que se discutir sobre esse trecho da obra.

Há, na verdade, três posições diversas sobre a questão. A primeira delas é que acabamos de mencionar, isto é, que não reconhece no Capítulo III elementos que deem conta da gênese da categoria apresentada logo no início do

Capítulo IV.<sup>1</sup> Deixaremos essa interpretação de lado no artigo, por considerá-la simplesmente carente de base textual. A segunda posição é aquela que admite a existência de uma conexão entre os dois trechos da obra, mas considera ser essa conexão determinada meramente ou prioritariamente por uma motivação expositiva e/ou epistemológica. Aqui ilustraremos essa posição com as interpretações de Alex Callinicos (2014) e Frederic Jameson (2014). Não haveria, portanto, em *O capital*, um argumento que revelasse teoricamente uma presumida causalidade no trânsito do dinheiro ao capital, muito embora Marx tenha arriscado uma explicação dessa natureza nos materiais preparatórios, em particular nos *Grundrisse*.<sup>2</sup> A terceira e última posição, por contraste, é aquela que alega existir em *O capital* um argumento dessa natureza. Nossos casos representativos aqui serão as interpretações de Michael Heinrich (2012), Moishe Postone (2014) e David Harvey (2013).

A perspectiva defendida neste artigo alinha-se ao último bloco. Parece-nos claro que, mesmo considerando o conjunto de intérpretes que reconhece na última seção do Capítulo III uma demonstração da lógica dialética por detrás da gênese histórica do capital, ainda se faz necessária uma reconsideração do argumento original. Isso porque algumas de suas nuances, omitidas em interpretações correntes, têm grande importância não apenas teórica, mas para a própria reconstituição do processo histórico concreto. O problema central é que a complexidade do objeto – a gênese do capital – e seu reflexo sobre a apreensão multifacetada de Marx produzem interpretações divergentes, muitas das quais instigantes, embora nem sempre conciliáveis entre si. Nosso entendimento é que a explicação de Marx para a “transformação do dinheiro em capital” ainda figura na maioria das interpretações correntes como um elo perdido.

---

<sup>1</sup> O caso extremo desta posição é o de Althusser (2013, p. 45 e 50), que faz uma “recomendação imperativa” aos leitores de *O capital* para que comecem a leitura da obra pelo Capítulo IV. Mais frequentes, no entanto, são as interpretações que não tematizam explicitamente a temática da gênese da categoria capital em sua análise do Capítulo III. Esse é o caso, por exemplo, das leituras de Saad-Filho (2011) e da interpretação oferecida na coletânea de artigos da equipe de professores da UFES, organizada pelo professor Reinaldo Carcanholo (2011).

<sup>2</sup> Ver Marx (2011, p. 161-200).

Nas duas próximas seções, intervenções afamadas, que se enquadram nos dois últimos conjuntos de intérpretes acima apontados, são tomadas como representações de duas possibilidades interpretativas extremas. Nos extremos estão, de um lado, interpretações que compreendem a argumentação de Marx como orientada e organizada por um critério epistemológico e, de outro, interpretações que julgam que Marx baseou tanto seu raciocínio quanto sua exposição num critério ontológico (isto é, nas emergências que consistem em sínteses de contradições reais). Essas possibilidades interpretativas aplicam-se ao conjunto da obra, mas aqui a tomamos por sua implicação na análise da gênese da categoria capital. Na seção seguinte, apresentamos uma interpretação para o que julgamos ser a teoria de Marx a respeito da causalidade contida no processo histórico que gestou o capital. O artigo contém ainda uma brevíssima conclusão, na qual especulamos sobre as raízes da divergência interpretativa.

### Do abstrato ao concreto

Partamos aqui de um caso extremo: a interpretação de Alex Callinicos (2014), que abertamente defende que o modo como Marx aborda o trânsito do dinheiro ao capital resulta de uma escolha sobre o método adequado à exposição do conteúdo da obra. Por conseguinte, é preciso, antes de tudo, enquadrar a interpretação desse ponto específico no âmbito de sua releitura do conjunto do argumento. Callinicos parte de uma consideração dos antecedentes de Marx, em particular de Ricardo e Hegel, para defender a ideia de que a exposição de *O capital* tem uma orientação deliberada e cuidadosamente respeitada, partindo linearmente desde categorias e planos de análise mais abstratos até os mais concretos.<sup>3</sup>

O que é peculiar na intervenção de Callinicos é o fato de conceber a distinção entre abstrato e concreto na teoria de Marx não como uma distinção entre conceito e realidade, ou como momentos da realidade, mas entre “diferentes níveis de um sistema de conceitos” (CALLINICOS, 2014, p. 131). Então, quando Callinicos refere-se à estrutura de *O capital* como coerente com

---

<sup>3</sup> Naturalmente, o autor se inspira na famosa sentença na qual Marx caracteriza o método científico como uma elevação “do abstrato ao concreto” (MARX, 2013, p. 54).

um processo de externalização, não se trata de uma aproximação em direção ao real, uma aproximação ontológica, mas sim de uma externalização conceitual, ou seja, de uma questão epistemológica.

É importante insistir nesse ponto: Callinicos (2014, p. 132) sustenta que ser mais abstrato ou mais concreto não é uma propriedade inerente aos referentes dos conceitos, isto é, um conceito não é mais ou menos abstrato em função das características imanentes daquilo que designa. O que define o grau de abstração de um determinado conceito é o lugar que ele ocupa dentro do discurso teórico como um todo.<sup>4</sup> Assim compreendido o argumento de Marx, como o autor mesmo se dá conta, uma questão imediatamente se coloca: “Se o movimento do abstrato ao concreto é algo que se desdobra no interior do pensamento, como o discurso teórico de Marx adquire conteúdo factual?”

Na realidade, o conteúdo factual da obra seria progressivamente ampliado à medida que a análise se aproxima do concreto. Callinicos julga que Marx parte da totalidade de determinações da forma acabada, o capitalismo, mas organiza o argumento de modo a que, a cada passo, sejam introduzidas novas categorias e planos de análise, tornando a imagem do objeto refletida no pensamento cada vez mais complexa e concreta. O avançar nas determinações mais concretas, aponta o autor, ocorre através da posição de problemas que devem ser respondidos adiante. Nesse sentido, Callinicos concorda (explicitamente) com Althusser, para quem o pensamento de Marx se desenrola com a *posição de conceitos* que servem para resolver questões abertas anteriormente.

A implicação desse entendimento do conteúdo das categorias e da exposição de *O capital* é a seguinte: não há qualquer conteúdo lógico ou histórico que *necessariamente* amarre as categorias que se sucedem umas às outras a cada momento da exposição da obra. Isso fica muitíssimo claro quando Callinicos lida com sua principal ilustração, justamente a gênese da categoria capital. O autor, logo de início, adverte que “Marx simplesmente introduz

---

<sup>4</sup> Para ilustrar esse ponto, Callinicos apresenta a distinção entre valor e preço de produção. Nos termos do autor, não se trata de uma relação entre pensamento e realidade de tal forma que o abstrato (valor) forneça um modelo teórico para a realidade concreta (preço de produção). Ao contrário: “Preço de produção é (para usar o vocabulário da *Introdução de 1857*) um ‘concreto em pensamento’, definido em termos do discurso teórico de *O capital* e não em referência a uma realidade para além da teoria. Abstrato e concreto é uma questão do lugar que os conceitos ocupam dentro deste discurso” (CALLINICOS, 2014, p. 132).

primeiro D – M – D' e depois a compra e venda da força de trabalho sucessivamente como novas determinações sem qualquer tentativa de deduzi-las [mesmo que dialeticamente, acrescenta o autor citando Jacques Bidet] das determinações precedentes” (*Ibid.*, 2014, p. 135).

Segue-se daí que o surgimento aparentemente repentino do ciclo do capital no início do Capítulo IV tem o propósito, na opinião de Callinicos, de resolver o “problema teórico” enunciado na seção precedente. O problema em questão é o do surgimento do mais-valor, posto que o dinheiro não carrega as condições necessárias para que a massa global de valor cresça. Para chegar ao capital, faltariam determinações mais concretas que seriam introduzidas na exposição posterior, inspirada na observação da realidade.

Em síntese, essa linha interpretativa sugere que *O capital* pode ser lido como um processo de superação de uma cadeia de problemas, de forma que a aparição do capital, tida como súbita, teria o propósito de resolver um determinado enigma posto pela contradição entre as categorias precedentes (valor e dinheiro) e um determinado fato empírico.<sup>5</sup>

Uma variante da interpretação de Callinicos é aquela oferecida por Frederic Jameson (2014). Ainda que este autor não apresente uma interpretação sistemática para a relação entre o dinheiro (“enquanto dinheiro”) e o capital, mas sim uma ou outra anotação esparsa sobre o tema, sua leitura geral da obra revela elementos que a aproximam das teses de Callinicos, embora contenha pontos de divergência não menos importantes. Em uma passagem esclarecedora, não por acaso citada por Callinicos (2014, p. 138), o autor também apresenta a estrutura de *O capital* como um “jogo de resolução de problemas”:

“Uma das formas de ler *O capital* (...) consiste em vê-lo como uma série de enigmas, mistérios e paradoxos, para os quais uma solução é oferecida no momento certo. Não é surpresa que esta solução será

---

<sup>5</sup> Uma variação bem menos inspirada da formulação de Callinicos pode ser encontrada no trabalho de Jaques Bidet (2007). Num argumento aproveitado pelo próprio Callinicos, Bidet procura sustentar que Marx teria mudado de ideia desde as primeiras formulações nos *Grundrisse* até a redação do texto definitivo de *O capital*. Nos *Grundrisse*, Marx teria concebido a transição do dinheiro ao capital “em termos de um movimento dialético no qual a configuração D – M – D fornece a mediação, constituindo ao mesmo tempo a ‘forma final do dinheiro’ e o ‘primeiro conceito de capital’” (Callinicos, 2014, p. 154-5).

dialética; ela não dissipará a estranheza do paradoxo ou antinomia iniciais por meio de um desmascaramento seco e racional, mas preservará a estranheza do problema dentro de novas estranhezas da solução dialética” (JAMESON, 2014, p. 35).

Não é irrelevante que Jameson tenha considerado que a “solução” dos problemas seja dialética. O que aproxima sua interpretação daquela oferecida por Callinicos é o fato de não ter ressaltado que o próprio *enunciado* dos “problemas” a serem resolvidos não poderia senão ser dialético, posto que baseado no reconhecimento de contradições reais. Agora, se, de fato, *O capital* se desenrola sobre “uma série de enigmas, mistérios e paradoxos”, o aparecimento da categoria capital deve-se à necessidade de resolver um enigma posto pela categoria antecedente, mas ao mesmo tempo coloca um novo mistério a ser resolvido adiante. No que se refere à gênese do capital, é interessante perceber como Jameson compreende a relação com o argumento imediatamente anterior nos poucos momentos em que aborda a questão. Após ter afirmado que a circulação mercantil simples é dotada de uma “falsa temporalidade de equivalência e circulação”, o que quer dizer que o ciclo M – D – M não aponta para a superação dialética de sua temporalidade imanente, mas para uma “estabilidade sem movimento”, o autor estabelece um contraste com o dinheiro que se movimenta em busca de dinheiro:

“A emergência do dinheiro no final da seção [a Seção I do Livro I] também não culmina realmente em temporalidade, mas projeta a si próprio no futuro como um mistério a ser ainda confrontado, a saber, de que modo D torna-se D’, como dinheiro pode gerar mais dinheiro ou expandir a si próprio: o paradoxo consiste em que o capitalismo essencialmente produz não mercadorias, mas ao contrário capital enquanto tal” (*Ibid.*, 2014, p. 94).

Para formar um juízo definitivo sobre a possível interpretação de Jameson da passagem do dinheiro ao capital é preciso sempre ter em conta que o autor interpreta o desenrolar das categorias na obra marxiana como expressão de um desenvolvimento dialético. Na opinião de Jameson, o trânsito de uma categoria a outro reflete a existência de uma contradição real. Para citar mais uma passagem que aborda o problema-foco deste trabalho:

“Se o enigma da Seção I envolvia o mistério de uma equivalência entre duas coisas qualitativa e radicalmente diferentes [entre valor de uso e valor de troca], o novo enigma, que começa na Seção II e percorre *O capital* inteiramente, envolve o mistério do aumento de valor, e o enigma de um valor total final maior do que o valor de suas partes individuais” (*Ibid.*, 2014, p. 114).

Com base no que foi dito, parece-nos pertinente a conclusão de que a emergência do capital a partir do dinheiro depende da contradição real que impulsiona o desenvolvimento dialético na oposição entre duas trocas mercantis: a primeira quando a mercadoria se troca por uma quantidade de dinheiro de mesmo valor; e a segunda quando a mercadoria “se iguala a um valor maior que o da própria mercadoria”. Deixando de lado os detalhes da formulação, o que importa perceber é que, embora Jameson, como Callinicos (ambos inspirados em Althusser), considere que a estrutura de *O capital* tem a forma de um “jogo de solução de enigmas” (arranjado por mera conveniência expositiva?, seria de se questionar), o autor ao menos percebe que os “enigmas” são expressão de contradições reais.

As intervenções que recolhemos na segunda seção representam o conjunto de interpretações que levam adiante essa ideia de que a teoria de Marx sobre a gênese do capital é “mera” apreensão cognitiva de um processo histórico complexo, impelido por contradições reais. Passemos a elas.

## O concreto pensado

Há basicamente dois tipos de formulações sobre a relação entre a circulação do “dinheiro como dinheiro” e a gênese do capital que reconhecem um nexos lógico-causal (necessário, diria Marx) e histórico entre os dois extremos: aqueles que afirmam a existência do nexos, mas não arriscam uma explicação para a passagem de um momento a outro, e aqueles que procuram interpretar a explicação de Marx. A posição de Jameson, de certo modo, enquadra-se no primeiro tipo e se a situamos na seção anterior foi basicamente porque ele também percebe o desenvolvimento categorial de *O capital* como organizado sob uma preocupação prioritariamente expositiva (dispor as categorias numa

seqüência de modo a que a explicação de uma funcione como gancho expositivo para a explicação de outra).

Um caso muito mais evidente de interpretação que se descuida dos detalhes da explicação de Marx é oferecida por Roman Rosdolsky (2001). O autor tenta responder a questão que nos orienta utilizando escritos de Marx anteriores à redação definitiva *O capital*. Depois de apontar para a existência de concepções equivocadas sobre o capital em economistas políticos diversos, Rosdolsky afirma que “o capital deve ser concebido como um valor que se amplia, ou seja, como um processo. Para isso, é preciso partir (...) do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação” (ROSDOLSKY, 2001, p. 166). Apesar dessa afirmação, Rosdolsky não procura apresentar uma interpretação para o aparecimento da categoria capital no texto, apenas constatando que Marx a tenha relacionado com as funções que o dinheiro exerce “como dinheiro” (*Ibid.*, 2001, p. 167).

Rosdolsky identifica, portanto, a existência de uma ponte lógica entre o dinheiro e o capital. Em lugar de explicar esse nexos, todavia, o autor move sua interpretação na direção das seções finais do Capítulo IV, limitando-se a afirmar que, para que o ciclo “M – D – M se transforme no ciclo D – M – D”, é necessário que o dinheiro como capital seja trocado por trabalho vivo. Em síntese, a recuperação de Rosdolsky da explicação de Marx para a gênese da categoria capital possui um “elo perdido”, que corresponde exatamente à passagem do Capítulo III ao IV.<sup>6</sup>

Deve-se ressaltar que Rosdolsky chega a reconhecer, como Jameson, que a exposição marxiana não se baseia “tão-somente (...) no desenvolvimento dialético de conceitos”, mas não revela as contradições reais que explicariam aquela passagem.<sup>7</sup> (*Ibid.*, 2001, p. 169). O fato de que o desenvolvimento do capital exija a existência de uma massa de trabalhadores livres dispostos a vender força de trabalho leva o autor à conclusão de que a transição do dinheiro ao capital depende de “uma profunda análise das condições históricas concretas

---

<sup>6</sup> Esse também é o caso das leituras de Saad-Filho (2011) e da interpretação oferecida na coletânea de artigos da equipe de professores da UFES, organizada pelo saudoso professor Reinaldo Carcanholo (2011).

<sup>7</sup> João Antônio de Paula corretamente assinala que *O capital* é a obra na qual Marx deu conta do processo dialético subjacente à emergência do capital como categoria. (PAULA, 2005, p. 53)

que conduziram à formação do modo capitalista de produção”, dessa forma dispensando a reconstituição da cadeia de causalidades implicada pelo processo objetivo de superação das contradições reais já identificadas na análise teórica da circulação mercantil.

Rosdolsky parece não se dar conta de que, se não há uma transição *lógica* (dialética, evidentemente) do dinheiro ao capital, a circulação simples e a circulação capitalista poderiam ser consideradas coisas separadas, sem relação intrínseca, e a transição histórica rumo ao capitalismo poderia ser tida como produto de um processo aleatório. Parece-nos, neste particular, muito mais acertada a interpretação de Michael Heinrich (2012, p. 81-86), que põe em destaque os vínculos dialéticos existentes entre o desenvolvimento da circulação de mercadorias e o dinheiro, de um lado, e o capital, de outro. Percebam como o autor aborda de modo muito claro e consciente a questão:

“Se a circulação de mercadorias e dinheiro apresentada nos primeiros três capítulos de *O capital não é* algo autônomo e independente do capital (como expresso por Marx quando este utiliza a expressão ‘superfície’ para descrever a circulação simples), então essa dependência já deve fazer sentido em si. Bastante semelhante à relação entre mercadoria e dinheiro, uma conexão intrínseca, necessária, entre dinheiro e capital deve ser revelada” (Heinrich, 2012, p. 84).

Até esse ponto, estamos plenamente de acordo com Heinrich. O problema é o que vem adiante, porque Heinrich julga que Marx simplesmente retirou do texto definitivo de *O capital* todos os traços de sua explicação para a transição dialética “do dinheiro ao capital”. Numa nota de rodapé, o autor chega a considerar uma omissão que Marx tenha iniciado o quarto capítulo imediatamente com a fórmula do capital. Em seus termos:

“A conexão entre a ‘circulação simples’ e o capital é descrita por Marx nos trabalhos preliminares que conduziram para *O capital* – nos *Grundrisse* e no chamado *Urtext da Contribuição à crítica da economia política* – mas não em *O capital*. Neste, Marx começa o quarto capítulo com a análise da fórmula  $D - M - D'$ . Com essa omissão, o próprio Marx incitou as interpretações mencionadas anteriormente que contrastam economia de mercado e capital como coisas separadas” (*Ibid.*, 2012, p. 231).

Baseando-se, portanto, nos *Grundrisse* e na chamada versão original da *Contribuição à crítica da economia política*, Heinrich argumenta que apenas em sua terceira função, qual seja, de dinheiro “como dinheiro”, ele “se torna um fim em si mesmo” (*Ibid.*, 2012, p. 84-85). Enquanto meio de circulação, ele “é apenas um intermediário que constantemente desaparece”. Por outro lado, enquanto medida dos valores ele “tem que estar fisicamente presente”. Sendo assim, “apenas como a unidade entre medida dos valores e meio de circulação (‘dinheiro como dinheiro’) o dinheiro torna-se uma manifestação independente do valor” que “deve ser conservada e multiplicada”. Como essa manifestação independente e perene do valor pelo dinheiro “é apenas garantida quando o dinheiro perpassa o movimento  $D - M - D$ ”, a função do dinheiro “como dinheiro” representa a transição para o capital.

Em sua análise dos textos preparatórios, Heinrich reconstitui boa parte da demonstração de Marx do nexos entre o desenvolvimento da circulação simples e a emergência produção capitalista. É realmente uma pena que sua interpretação tenha recusado tão decididamente o argumento de *O capital* como elemento da explicação de Marx da transição do dinheiro ao capital. Parece-nos (e pretendemos mostrar) que, se assim o fizesse, o autor poderia reforçar a importante conclusão de que “a existência permanente do valor, envolvendo toda a economia, é apenas possível quando o valor executa o movimento do capital,  $D - M - D'$ . Com o movimento  $D - M - D'$ , entretanto, deixamos o domínio da circulação simples” (*Ibid.*, 2012, p. 86).

As duas últimas interpretações com as quais lidaremos antes de retomar o texto de *O capital* circulam no mesmo terreno interpretativo da formulação que será defendida. De modo diverso, com ênfases variadas, David Harvey e Moishe Postone não apenas consideram que Marx reconstitui a lógica da gênese do capital a partir das contradições da circulação mercantil simples, como creem que seu argumento pode ser encontrado em *O capital*, particularmente na última seção do Capítulo III. Parece-nos, entretanto, que, instigantes como são, tais interpretações são fragmentárias, perdendo momentos decisivos do raciocínio original.

Iniciemos com Harvey, que defende uma posição muito similar à de Heinrich ao sustentar que o capital resulta de um desenvolvimento dialético movido por contradições objetivas (HARVEY, 2013, p. 79-82). O autor inicia seu

argumento recordando que, ao fim do capítulo sobre o dinheiro, é possível “identificar a forma  $D - M - D$  de circulação, em que o dinheiro se transforma em finalidade e objeto da troca” (*Ibid.*, 2013, p. 90). Como não faz sentido trocar equivalentes em  $D - M - D$ , Harvey conclui, como Marx, que esse circuito necessariamente “resulta num incremento de valor,  $D - M - D + \Delta D$ , que é definido como mais-valor”. Para Harvey, no entanto, a transição lógica para o capital é revelada justamente na análise das funções desempenhadas pelo dinheiro “como dinheiro”, especificamente como meio de pagamento.

Numa passagem realmente importante de sua interpretação, Harvey (2013, p. 79) observa que a relação entre devedores e credores que resulta do papel do dinheiro como meio de pagamento dá origem “a uma dinâmica social diferente”. O autor assinala que a introdução do crédito nesse momento da exposição de Marx permite reconhecer que, do ponto de vista do credor, a circulação de valor já tem a forma  $D - M - D$ . Isso porque, para o credor, o  $D$  final tem que ser maior que o  $D$  inicial para que a fórmula faça algum sentido. Segue-se, daí, portanto, a conclusão de que o dinheiro, na função de meio de pagamento, “não medeia mais o processo. Ele apenas o conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal” (MARX, 2013, p. 209).

Harvey (2013, p. 80-81) valoriza bastante a conclusão de Marx nesse passo do argumento ao afirmar que “é necessário haver uma forma de circulação em que o dinheiro é trocado com a finalidade de conseguir dinheiro:  $D - M - D$ . Essa é uma mudança de perspectiva que faz uma enorme diferença”. Também não passa despercebido ao autor que a transição para o capital tenha sido evidenciada neste momento exato do texto: “é nesse ponto d’*O capital* que vemos pela primeira vez a circulação de capital cristalizando-se a partir da circulação de mercadorias, mediada pelas contradições da forma-dinheiro”. Por essa razão, Harvey concluiu que Marx reconstituiu, também em *O capital*, o desenvolvimento dialético desde a mercadoria até o capital.

Sintetizando o argumento de Harvey, é possível dizer que a forma-dinheiro é, na maneira como interpreta a teoria de Marx, a “exteriorização” da “oposição dialética e relacional entre valor de uso e valor de troca incorporados na mercadoria” (*Ibid.*, 2013, p. 81). Quando a forma-dinheiro “interioriza” essa contradição, isto é, quando assume, ao mesmo tempo, as funções de meio de

circulação e medida de valor, ela empurra a contradição adiante em um movimento que conduz à “emergência de relações entre devedores e credores no uso do dinheiro como meio de pagamento”. A conclusão é que “a lógica do argumento de Marx revela as relações dialéticas interiorizadas que caracterizam um modo de produção capitalista (entendido como uma totalidade) plenamente desenvolvido”.

Temos acordo com tudo isso e reproduziremos alguns elementos desse raciocínio na próxima seção, ainda que num enquadramento que julgamos mais amplo e preciso. O problema do argumento de Harvey, todavia, é que o autor põe ênfase na resolução dialética das contradições, mas não esclarece ao leitor exatamente quais contradições da circulação mercantil funcionam como motor do processo dinâmico que faz surgir, num salto qualitativo, o capital. As formas transitórias, intermediárias, apontadas por Marx, são assim perdidas, e o argumento original se torna sub-representado.

Desde esse ponto de vista, a análise de Postone (2014) representa um progresso, porque o autor chega a identificar, de maneira não exaustiva, algumas das contradições que movem a dialética descortinada por Marx, além de explorar um plano diverso do argumento, isto é, sua relação com o caráter estranhado da sociedade capitalista. Isso se evidencia na passagem, que aqui tomamos como ponto de partida da reconstituição dos termos gerais de sua interpretação, em que Postone afirma que a forma-dinheiro da mercadoria é uma “expressão (...) do fato de que o trabalho funciona como uma atividade socialmente mediadora” (Postone, 2014, p. 303).

O ponto de Postone é que, dado o caráter estranhado das relações mercantis, o desenvolvimento do dinheiro, isto é, da forma de valor, especialmente quando se apresenta sob a forma de signos de valor, reforça o ocultamento da “natureza da mediação social no capitalismo”, de modo a velar “a própria existência do valor como mediação social”. Quando as trocas se generalizam e abrem espaço para que o dinheiro atue como meio de pagamento, o ocultamento das relações sociais essenciais torna-se ainda mais intenso (*Ibid.*, 2014, p. 304).

É precisamente nesse ponto do argumento que Marx descortina a lógica da transição para o capital, conforme a interpretação de Postone, porque é aí que se revela a “inversão dialética” no movimento do dinheiro. Como diz o autor,

numa sentença esclarecedora, a inversão consiste em que o dinheiro “é um meio social que se torna um fim”. É preciso, todavia, ter em conta que tal inversão se caracteriza, inicialmente, como uma “*transformação da forma*, de início [isto é, na circulação mercantil simples] determinada logicamente como um meio social”, que se torna “um fim em si”. (*Ibid.*, 2014, p. 305. Grifos nossos). A transformação formal serve, portanto, “de ponte entre as suas análises da mercadoria e do capital”.

Em suma, o caminho percorrido por Marx, na interpretação de Postone, vai da generalização da circulação de mercadorias para o dinheiro como meio de pagamento e, daí, para a “necessidade social de acumular dinheiro”, do dinheiro como “objetivo autossuficiente da venda”. Agora, em nosso juízo, o mais relevante da interpretação do autor é o fato de que ele tenha apontado explicitamente uma das contradições que impelem o processo histórico que dá origem ao capital e assim convertido a simpática postulação de que a gênese das categorias tem o caráter de uma superação dialética numa demonstração teórica propriamente dita. Isso é defendido justamente na passagem abaixo:

“Marx elabora uma contradição lógica entre a infinidade do dinheiro, quando considerado qualitativamente como a representação universal da riqueza diretamente conversível em qualquer outra mercadoria, e como a limitação quantitativa de cada soma real de dinheiro. Assim, prepara o terreno para a categoria do capital, uma forma que encarna de maneira mais adequada tanto o ímpeto para o acúmulo ilimitado implícito na forma de valor como a inversão dialética a pouco descrita” (*Ibid.*, 2014, p. 305-306).

Infelizmente, talvez por conta do interesse mais geral de sua obra, Postone não reproduziu em sua análise a riqueza da exposição comprimida no final do terceiro capítulo de *O capital*, negligenciando alguns elementos mediadores do argumento muito importantes para dar conta do processo concreto, histórico, de gênese do capital. Por exemplo, o autor perde de vista um momento decisivo do raciocínio original, em que Marx dá conta da complexidade da própria transição para o capitalismo ao demonstrar que nela se fazem presentes antecedentes formais do capital, mas não capital propriamente dito (ou seja, uma forma de produção prioritariamente voltada à expansão do mais-valor).

Um dos propósitos específicos da próxima seção é justamente valorizar os elementos mediadores da transição reconhecidos por Marx.

### O concreto repensado<sup>8</sup>

Partamos de uma brevíssima consideração das análises da gênese da categoria capital sumariadas nas seções anteriores, em particular, de dois casos extremos: a interpretação de Callinicos, de um lado, e as interpretações de Harvey e Postone, de outro. O primeiro autor confere um acento epistemológico à explicação de Marx para o surgimento da categoria capital, apresentando tal explicação como um passo do procedimento lógico do enunciado de determinações mais concretas a partir das mais abstratas. Os dois últimos reconhecem o argumento de Marx como a apreensão teórica de um processo histórico concreto.

Não seria o caso aqui de entrar no mérito da questão de fundo sobre o caráter ontológico das categorias abstrato e concreto e da própria lógica imanente à relação interna entre os momentos do ser (as categorias, a relação das relações entre si e com os complexos categoriais).<sup>9</sup> O problema aqui destacado é o da existência de uma suposta desconexão imanente ao argumento de Marx. Em outras palavras, se Callinicos (e outros, como Bidet) busca uma interpretação alternativa para o surgimento aparentemente súbito da categoria capital na obra é porque não julga existir uma análise da gênese lógica e histórica desta categoria em *O capital* – e justamente isso nos parece bastante equivocado. A análise de Marx da gênese do capital pode estar correta ou não,

---

<sup>8</sup> A interpretação defendida nessa seção é inspirada na leitura de Mario Duayer, acessada diretamente em suas aulas sobre o tema. Infelizmente, Duayer não publicou até o presente momento sua complexa interpretação de *O capital*.

<sup>9</sup> Os termos abstrato x concreto são usados por Marx em muitas situações, nem sempre da mesma maneira. Em muitas ocasiões, Marx menciona a existência de determinações abstratas, mas não menos reais – aquilo que Sohn-Rethel classicamente chamou de “abstrações reais”. O caso mais óbvio e importante é o trabalho abstrato, conteúdo *objetivo do valor*. Em outras ocasiões, a palavra abstração (ou o oposto, concreção) refere-se ao isolamento de momentos de uma totalidade de infinitas determinações como pressuposto indispensável de sua reprodução no pensamento. Callinicos parece ter confundido os dois usos do termo.

mas ocupa um lugar central na obra, por exemplo, na transição entre os Capítulos III e IV – que nos interessa aqui mais diretamente –, e nos Capítulos XXIV e XXV.

Autores como Harvey e Postone corretamente valorizaram a seção III do Capítulo III, na qual Marx associa as funções desempenhadas pelo dinheiro “como dinheiro” ao surgimento de formas de prática especulativa que já contêm em si a lógica e a forma do capital, mas não seu conteúdo plenamente desenvolvido. Ambos os autores não apenas apontam para elementos decisivos do argumento de Marx, como aproveitam esses elementos numa interpretação criativa. Ainda assim, por alguma razão, perde-se de vista tanto o caráter mediador das formas de prática especulativa na transição histórica que conduziu ao capitalismo quanto o fato de que este caráter mediador tenha sido destacado por Marx ao reconhecer as formas antediluvianas do capital.

Na linha de raciocínio que faz a mediação entre a terceira seção do Capítulo III e a primeira seção do Capítulo IV, Marx vai, de fato, desvendar, *em termos teóricos*, a lógica causal por detrás da gênese histórica da categoria obviamente mais importante da obra: o capital. Não há, portanto, uma súbita inflexão temática que coloca a categoria capital de paraquedas diante do leitor após uma digressão longa sobre funções do dinheiro. Ao contrário, Marx nos provê de uma explicação para o nexo entre o desenvolvimento da esfera da circulação, de um lado, e o surgimento de atividades especulativas que funcionam como antecedentes imediatos e protoformas do capital, de outro. Reconstituir esse trecho do argumento de maneira rigorosa permite alcançar, enfim, o centro da consideração de Marx sobre a gênese histórica do capital a partir das cadeias de causalidade despertadas pelo desenvolvimento da circulação mercantil durante o período feudal.

O foco da leitura deve ser projetado sobre o papel mediador desempenhado pelo dinheiro “como dinheiro”, ou seja, pelo dinheiro como figura universal da riqueza abstrata e não prioritariamente como elemento da circulação de mercadorias. Na condição de figura material da riqueza, o dinheiro desempenha os papéis de meio de entesouramento (reserva de valor), meio de pagamentos e dinheiro mundial. No exame e apresentação das duas primeiras funções, como reconheceram tanto Harvey quanto Postone (e Jameson, de certo modo), Marx revela algo fundamental sobre o desenvolvimento da esfera da circulação: o

surgimento de uma nova forma de circulação do valor, uma circulação do valor como valor, cada vez mais independente de sua conexão direta com o fluxo das mercadorias, até o salto qualitativo que finalmente põe o ciclo do capital. É, entretanto, importante esmiuçar os detalhes desse trecho, confrontando-o, sempre que possível, com o argumento exibido no material preparatório (em particular, nos *Grundrisse*) para extrair dele seu pleno significado.

Como ponto de partida, salientemos que Marx, pela primeira vez na obra, aponta para o caminho que vai conduzir à temática do Livro I, a produção de valor e mais-valor, e conferir à circulação mercantil o provisório estatuto de “esfera abstraída” do argumento. Curiosamente, a categoria que vai nos conduzir nesse trânsito para fora da esfera da circulação é o dinheiro. Isso é curioso porque não há, *a princípio*, na circulação mercantil simples (M – D – M), um motivo que justifique o vazamento de dinheiro para além de seus limites. Ao contrário, o dinheiro parece ficar preso à circulação de mercadorias, cumprindo as quatro funções até então identificadas: não apenas medida dos valores e meio de circulação, mas também numerário e meio de compra.

Entretanto, como Marx chama atenção logo no início da seção III (MARX, 2013, p. 203-204), a própria circulação de mercadorias, quando se torna minimamente desenvolvida, cria por si mesma o motivo que expelle o dinheiro para fora de seus domínios. O passo inicial desse argumento consiste em reconhecer que, na produção mercantil, não se produz para satisfazer diretamente as próprias necessidades, mas para a venda. O problema é que a venda não depende de circunstâncias controladas pelo próprio produtor. Com efeito, Marx põe em primeiro plano a dimensão temporal da riqueza produzida sob a forma mercadoria, que aqui se expressa como uma contradição entre o caráter temporalmente incerto e necessariamente descontínuo da produção e da venda – incerto por causa da venda e descontínuo por causa da temporalidade da produção – e a natureza contínua e certa das necessidades a serem atendidas pela produção (*Ibid.*, 2013, p. 204).

O ponto de Marx é precisamente o seguinte: quando a produção se destina à venda e não diretamente à satisfação das necessidades do organismo social que funciona como seu sujeito, então o controle do decurso e da sincronia temporal necessários para ajustar a produção à satisfação de necessidades é perdido. Mesmo que nenhum inconveniente atrapalhe o funcionamento do

organismo produtivo, sua consumação em mercadoria não é garantia da satisfação das necessidades do produtor. A resolução dessa contraditória temporalidade é o surgimento, *por necessidade*, do entesouramento como meio de preservar uma parte da riqueza em forma que permita satisfazer necessidades no período que se situa entre um ato de produção e outro (ou mais precisamente, entre uma venda e outra).

É importante perceber que o dinheiro congelado como tesouro não é exatamente “dinheiro guardado para comprar”, mas dinheiro guardado “como dinheiro”, como reserva de valor. Trata-se, para repetir em outros termos, de um meio para preservar a riqueza do portador do “tesouro” numa forma abstrata e socialmente aceita, imediatamente permutável por qualquer outra, portanto. Servir de meio de entesouramento ou de reserva de valor é, enfim, a primeira função que o dinheiro exerce “como dinheiro”, justamente porque implicada diretamente pela configuração estrutural da circulação mercantil.

Agora, mais do que descrever ou apresentar uma função do dinheiro, o argumento de Marx demonstra que o desenvolvimento da esfera mercantil o expelle para fora da circulação, fazendo surgir um impulso ao entesouramento. Em termos teóricos, o dinheiro, como categoria da circulação (meio de circulação), é a forma da riqueza que estabelece a mediação segura entre uma venda e uma compra. O entesouramento, por sua vez, é a decisão de congelar a riqueza justamente na forma dinheiro, interrompendo a sequência do ciclo M – D – M. Isso significa, nos termos de Marx (2013, p. 204. Grifos nossos), que “a mercadoria é vendida não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, *essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma*”. Como porções de dinheiro diferenciam-se apenas do ponto de vista quantitativo, não há, a princípio, limite para esse processo.

A moral da história é a seguinte: uma vez que o “tesouro” torna-se propriedade privada que dá acesso direto à riqueza social – nos termos de Marx (2013, p. 206), “a potência social torna-se potência privada da pessoas privadas” –, a quantidade acumulada figura como índice do poder social efetivo do seu

possuidor.<sup>10</sup> Cada produtor deseja, então, tornar-se entesourador, acumular a maior quantidade de dinheiro possível: por isso, surge um culto ao dinheiro, um “evangelho” da produção ampliada e “da renúncia”, para usar os termos de Marx. A sociedade, de fato, passa a contar com um domínio que gira em torno do valor, de sua imagem social, inclusive no plano subjetivo.

É crucial destacar aqui o seguinte: a categoria do entesouramento surge como síntese dialética da contradição entre a temporalidade da produção e da venda das mercadorias, de um lado, e a temporalidade da satisfação de necessidades, de outro. Uma vez surgida, essa categoria “resolve” (ou seja, supera dialeticamente) aquela contradição, criando o meio adequado para a preservação dos polos antitéticos como motores de um processo, *mas desperta outra contradição*. Neste caso, trata-se da contradição entre o ímpeto expansivo contido na produção de “tesouros” cada vez mais amplos e a própria configuração estrutural da produção pré-capitalista, orientada para a satisfação de um volume finito (embora mutável) de necessidades – uma contradição valorizada por Postone, como vimos. A explicação se move, a partir daí, com a demonstração de que o contraditório desenvolvimento da produção mercantil cria o meio adequado para a reconfiguração das formas de produção pré-capitalistas por meio de sua subordinação a atividades especulativas que constituem o antecedente imediato do capital.

Nesse passo do argumento, Marx lida com a função meio de pagamento exercida pelo dinheiro. Para isso, a análise da circulação passa a considerar direta e detidamente a possibilidade de operações diferidas no tempo, compras e vendas a prazo. Como sempre, o autor não opera analiticamente com uma dedução a partir de postulados, mas com uma demonstração (*post festum*) da maneira como contradições reais (no caso, imanes à circulação mercantil) gestam categorias e processos como suas sínteses dialéticas. O zelo de Marx com a sustentação teórica de sua narrativa torna-se patente quando o autor explica que a própria separação temporal entre a alienação da mercadoria e o ato de

---

<sup>10</sup> Nos *Grundrisse*, Marx desenvolve esse ponto da seguinte forma: “Se o dinheiro é a riqueza universal, é-se tanto mais rico quanto mais dele se possua, e o único processo importante é o acumular dinheiro, tanto para o indivíduo singular como para as nações. De acordo com sua determinação, [o dinheiro] apresentava-se antes como se originando da circulação. Agora, esse seu retirar da circulação e seu estocar aparecem como o objeto essencial da pulsão de enriquecimento e como o processo essencial do enriquecer” (MARX, 2011, p. 173).

pagamento (i.e., da realização de seu preço) é ela mesma a forma resolutive de uma contradição própria do desenvolvimento da circulação de mercadorias (*Ibid.*, 2011, p. 208-209).

Trata-se mais uma vez, e não por acaso, de uma contradição associada à dimensão temporal própria da produção mercantil. Na medida em que esta se desenvolve, a temporalidade dos diversos processos de produção demonstra-se cada vez mais variada, heterogênea, de modo que o poder de compra dos produtores nem sempre se coaduna com a possibilidade de venda das mercadorias. Isso significa que um produtor (ou “portador” de mercadorias) pode estar em condições de vender sua propriedade antes que outros estejam aptos a comprá-la: a solução para esse impasse é a venda para pagamento futuro (*Ibid.*, 2011, p. 208). Neste caso, o valor de uso flui para o comprador antes do valor da mercadoria retornar ao vendedor na forma dinheiro. O vendedor agora, além de vendedor, torna-se credor; o comprador, além de comprador, torna-se devedor. No momento em que a dívida é abatida, o dinheiro exerce uma nova função: meio de pagamento.

As figuras centrais na relação social em que o dinheiro funciona como meio de pagamento são as do credor e do devedor, que aqui comparecem como figuras diretamente associadas à circulação de mercadorias. A condição de credor e de devedor, observa Marx (2013, p. 209), são criadas antes mesmo do desenvolvimento das trocas, de sua generalização, por exemplo, na relação entre o arrendatário e o senhor feudal, mas se cristaliza e desenvolve quando ressurgida como momento, inicialmente subordinado, da circulação de mercadorias. Isso ocorre porque essas novas categorias facultam um desenvolvimento da própria esfera mercantil, que passa a ter um meio para superar as possibilidades de compra imediatamente dadas.

Essa indicação permite-nos escapar um pouco da lógica do texto e tratar de um plano da análise relativamente pouco elaborado no argumento original (ao menos neste trecho da obra): aquele em que o autor dá conta da subordinação da categoria juro ao desenvolvimento e à lógica da circulação de mercadorias. Todos sabem que entre a concessão do crédito e o pagamento da dívida correm juros: isso significa que Marx está oferecendo uma explicação para a gênese histórica desta categoria em sua forma moderna, isto é, para repetir, como

momento subordinado da lógica imanente ao desenvolvimento da circulação mercantil-capitalista.

O raciocínio, neste caso, parte do reconhecimento de que a produção de mercadorias possui duas tendências antitéticas: por um lado, a tendência a produzir a maior quantidade possível de mercadorias, despejando-a diretamente no mercado para a mais pronta transformação (possível) em dinheiro; por outro lado, a tendência ao entesouramento e seu conseqüente vazamento da esfera da circulação. A contradição, para dizê-lo ainda mais explicitamente em um enunciado alternativo, é aquela que opõe o ímpeto expansivo da produção de riqueza sob a forma mercantil ao caráter petrificado próprio da figura do dinheiro entesourado. Naturalmente, a quantidade de riqueza congelada na forma dinheiro, e assim mantida “constante”, tende a diminuir relativamente, isto é, como proporção da riqueza social. A forma resolutiva dessa contradição é justamente o surgimento do juro como meio para compensar o decréscimo relativo da porção de riqueza afastada da circulação mercantil simples (e da correspondente produção).

Para dizê-lo com maior rigor, a forma juro é apenas uma das saídas para superar a contradição que acabamos de descrever: a outra forma é o lucro comercial, que pressupõe um retorno peculiar à circulação de mercadorias, posto que já movido pelo propósito de retirar dela mais dinheiro. Em outras palavras, o entesourador pode especular com dinheiro ou com mercadorias: no primeiro caso, a prática econômica correspondente é o empréstimo a juros; no segundo, a intermediação comercial (comprar para vender mais caro e obter lucro). Temos aí as duas formas originárias, antediluvianas, do capital: o capital a juros e o capital comercial, que são apresentadas no começo do Capítulo IV (*Ibid.*, 2013, p. 223) e, de passagem, no final do Capítulo III (*Ibid.*, 2013, p. 213).

No que se refere ao tema dessas considerações, isto é, a gênese do capital tal como explicada por Marx, o fundamental a reter das últimas colocações é o seguinte: o impulso ao crescimento da riqueza, próprio da produção mercantil, espalhou-se para fora do âmbito da produção mesma de mercadorias e de sua forma de circulação originária e assumiu uma primeira figura externa: a forma de valor em busca de valorização. Essa é exatamente a primeira formulação de Marx para a categoria capital. Formulação essa que já contém em si o reconhecimento do capital como o modo de articulação do trabalho social na

qual a ampliação da riqueza torna-se uma finalidade em si mesma – para o que basta trocar as palavras valor e valorização pelo conteúdo revelado no Capítulo I, trabalho.

Do ponto vista histórico, isso permite explicar por que, muito antes que a produção tenha adquirido caráter capitalista, o que é nitidamente indispensável para que a sociedade se articule em torno daquele impulso de valorização do valor, de ampliação do trabalho, o impulso ao aumento da riqueza – a lógica que se objetiva no capital –, já havia sido desencadeado. Como a produção ainda não possuía caráter capitalista, a lógica do capital só podia mesmo ter figurado embrionariamente em categorias relativamente externas à esfera da produção: no caso, em sua forma antecedente usurária e comercial.

É preciso recordar, no entanto, que, a regra da circulação mercantil simples é a troca de objetos de igual valor, de maneira que as formas antecedentes de capital são, na realidade, dois veículos para a expropriação dos produtores diretos. Para percebê-lo, basta imaginar a condição de um organismo produtivo posto em contato com um especulador usurário: a não ser que a produção possua a capacidade de operar um contínuo aumento da riqueza, o organismo produtivo que esbarra com o especulador tende a ser expropriado, entregando-lhe mais valor do que recebe do mercado. Se não conseguir gerar esse valor a mais, responde às dívidas com seus bens.<sup>11</sup>

É por essa via, pelo contato do circuito M – D – M com a atividade especulativa, que o capital vai subordinar a produção e ajustá-la ao imperativo de aumentar continuamente a riqueza. Justamente por isso, Marx vai nos dizer que o dinheiro é encarado como o elemento socialmente desagregador durante todo o período de desenvolvimento da sociedade capitalista, até o momento em que essa forma social se encontre minimamente desenvolvida. O usurário, grande vilão da Idade Média, só é de fato redimido e transformado em herói no

---

<sup>11</sup> Os leitores não devem considerar que o contato entre os produtores diretos e os “especuladores” que os expropriam ocorre sem mediações. São muito complexas, na verdade, as cadeias intermediárias que concretamente associam os dois extremos. Marx lida com diversos casos concretos no Capítulo XXIV, dentre os quais podemos destacar, a título de breve ilustração, o seguinte: as novíssimas nações modernas endividadas em razão das guerras na Idade Média compeliem organismos produtivos inteiros a expandir a produção para dar conta de uma tributação cada vez mais ampla (MARX, 2013, p. 824-825).

momento em que a produção capitalista alcança um grau de desenvolvimento relativamente expressivo.

De todo modo, a lógica e a forma do capital já se fazem presentes muito antes, ainda que objetivadas em figuras mediadoras, em si problemáticas, subordinadas: o capital comercial e o capital a juros (*Ibid.*, 2013, p. 820). É, de certa forma, anacrônico atribuir às atividades especulativas próprias da transição ao capitalismo a designação capital. A designação aqui só é apropriada porque a análise tem caráter *post festum*, examinando antecedentes históricos de um processo já consumado (o da gênese do capital e da produção capitalista). Marx, neste caso, raciocina como os biólogos que estudam a evolução das espécies.<sup>12</sup> Uma vez surgida uma nova espécie, pode-se reconhecer formas de vida superadas pela história evolutiva como seus antecedentes. Antes que a “nova” espécie tenha existido, no entanto, as formas de vida que vieram a ser seus antecedentes não tinham esse caráter, sequer como determinação latente (isso quer dizer que nada nelas apontava *necessariamente* para aquele exato curso evolutivo). Do mesmo modo, podemos reconhecer as formas de especulação com dinheiro e mercadorias como formas antecedentes do capital *post festum*, muito embora, *em seu tempo*, elas não fossem de fato capital, mas análogos formais subordinados a modos de produção dotados de outra lógica.

No texto, a questão da circulação do capital poderia ser apresentada por Marx no exato momento em que ele nos apresenta a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro, por exemplo, nas compras a prazo. Ali, Marx já deixava aberto o caminho para demonstrar que, da circulação mercantil simples, emerge um circuito inverso, o ciclo do capital. Para percebê-lo, basta reconstituir a lógica do processo de venda a prazo. Na venda a prazo, “o comprador volta a transformar dinheiro em mercadoria [D – M] antes de ter transformado mercadoria em dinheiro [M – D], ou efetua a segunda metamorfose das mercadorias antes da primeira” (*Ibid.*, 2013, p. 209). Quando vende a sua mercadoria (M – D) em outro circuito, o sujeito da operação pode

---

<sup>12</sup> A passagem a seguir sugere que o próprio Marx realmente pensou nesse contraste com a evolução das espécies quando formulou sua teoria sobre a gênese do capital: “O *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerado como realização superior, do mesmo modo que pode ser dito que o macaco se desenvolve no ser humano. Mas, nesse caso, a forma inferior é posta como o sujeito predominante sobre a forma superior” (MARX, 2011, p. 193).

finalmente concluir o primeiro, pagando a dívida. Ora, como percebe igualmente Harvey, se a primeira metamorfose antecede a segunda, o ciclo passa a ter a forma  $D - M - D$ .

É certo, no entanto, que o produtor de mercadorias, em lugar de apropriar-se do produto a mais por ele mesmo elaborado, necessariamente produzido para liquidar a dívida, é na verdade expropriado. Isso ocorre porque, nesse caso, o comprador/vendedor não se relaciona somente com um vendedor/comprador de mercadorias, mas também, direta ou indiretamente, com um “emprestador” de dinheiro (pode ser o próprio vendedor, que neste caso aparece também como credor), um usurário. O dinheiro desse credor circula em um circuito próprio, que tem forma  $D - D'$ . É o contato com esse sujeito especulador que obriga o comprador a prazo a produzir mercadorias com valor superior ao do conjunto de mercadorias comprada, sendo a diferença, evidentemente, apropriada como juros pelo especulador.<sup>13</sup> Em outras palavras, esse comprador consumiu mercadorias no valor de  $D$ , mas trabalhou para criar um valor de  $D'$ . A diferença entre  $D'$  e  $D$  foi valor que ele criou, mas que acabou no bolso do especulador. O produto a mais converte-se assim em mais-produto.

Essa última anotação, com a qual encerramos aqui a síntese do argumento de Marx, demonstra a fecundidade de sua análise. O mais importante é que o fundamento de toda a exposição é, de fato, o texto de *O capital*, de maneira que podemos com segurança sustentar que a obra realmente contém uma explicação para a gênese lógica e histórica da categoria capital na análise das funções exercidas pelo dinheiro em sua terceira determinação, isto é, do dinheiro “como dinheiro”. Esperamos ter demonstrado que, na análise das funções exercidas pelo dinheiro como meio de entesouramento e de pagamento, é possível identificar claramente o argumento por intermédio do qual Marx reconhece a lógica do processo de emergência do capital a partir da análise das contradições imanentes à circulação mercantil desenvolvida. É, de certa forma, desconcertante que a riqueza dessa argumentação tenha sido perdida ou minimizada em inúmeras leituras influentes da obra.

---

<sup>13</sup> É o que Marx parece dizer no último parágrafo da análise do dinheiro como meio de pagamento: “o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento torna necessária a acumulação de dinheiro para a compensação das dívidas nos prazos de vencimento” (Marx, 2013, p. 215).

### Conclusão

É muito representativo o fato de Marx ter iniciado o exame da dinâmica contida na circulação mercantil simples, que inicialmente se revela apenas como “metamorfose das mercadorias”, com uma brevíssima digressão sobre o processo dialético, esclarecedora como nenhuma outra passagem da obra sobre o tema:

“o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover. Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais” (*Ibid.*, 2013, p. 178).

Como esperamos ter demonstrado, a cadeia de causalidades que, após um longo e contraditório processo, gesta o capital como nova determinação social tem por pressuposto as contradições que movem a circulação mercantil, a sua forma resolutiva (sintética) e a emergência de novas contradições postas pelo próprio desenvolvimento da circulação. Por exemplo, como Marx aponta na terceira seção do mesmo capítulo, se, de início, no ciclo M – D – M, o dinheiro tem “a função de *perpetuum mobile*”, o “primeiro desenvolvimento da circulação de mercadorias” faz emergir, como síntese de novas contradições, sua condição “*immeuble*”, dinheiro petrificado em tesouro (*Ibid.*, 2013, p. 203).

Também acreditamos ter deixado claro que um conjunto expressivo de interpretações da obra de Marx confere ao argumento do final do Capítulo III um caráter secundário, figurando muitas vezes como pressuposto do raciocínio geral. Isso talvez se explique pela preocupação mais imediata de cada uma das intervenções singulares, mas pode ser igualmente expressão de uma questão mais ampla. Isso porque nos parece inadmissível julgar que a pouquíssima ênfase no argumento que aqui pusemos em primeiro plano tenha relação exclusivamente com a preocupação diversa de seus autores, até porque muitas interpretações têm como preocupação recuperar o que o respectivo autor julga ser o argumento original de Marx. Talvez a questão deva ser remetida a outro plano de análise, no qual se enfatize, como Marx sempre fez, o nexos entre as ideias correntes e as necessidades sociais emanadas da prática cotidiana.

Evidentemente, não teríamos como sustentar um argumento como esse na conclusão do artigo. Por outro lado, não poderíamos concluir o trabalho sem abordar diretamente a questão, de maneira que nos limitaremos aqui a levantar hipóteses sobre o problema. A questão em jogo é: por que interpretações tão sofisticadas e interessantes de *O capital* descuidaram-se justamente na reconstituição do argumento sobre a lógica contida na gênese da categoria capital? Obviamente, todos os autores leram a última seção do Capítulo III, mas aparentemente encontraram nela algo diverso ou julgaram suficiente uma reconstituição menos pormenorizada do argumento.

Há, em nosso entendimento, duas hipóteses plausíveis para essa orientação predominante nas releituras da obra. A primeira delas refere-se justamente à relação entre a realidade e sua reflexão na consciência. Como Marx argumentou por diversas vezes em *O capital*, as categorias que constituem a produção capitalista, uma vez paridas pela história, apagam as marcas do processo genético que as produziram. A reconstituição dessa gênese e sua própria interpretação demandam, portanto, um imenso esforço de superação crítica da imagem que a sociedade capitalista projeta de si. Marx ajudou imensamente nessa tarefa, mas nem sempre de modo claro, trivial.

Chegamos assim à segunda hipótese: o problema objetivo é alimentado pelo fato de a melhor interpretação do objeto, aquela contida no argumento da seção final do Capítulo III, parecer uma imensa esponja comprimida num dedal. Para dizê-lo em poucas palavras, há pouco texto para muito conteúdo,<sup>14</sup> sendo árdua sua reconstituição apenas com o material disponível em *O capital*, mesmo com o recurso às ilustrações do Capítulo XXIV. O fato de que nos *Grundrisse* o material correspondente ao mesmo argumento seja muito mais farto

---

<sup>14</sup> Jorge Grespan demarca com exatidão o escopo do complexo argumento comprimido na passagem do Capítulo III para o Capítulo IV de *O capital* e comenta sobre a dificuldade de reconstituir o trecho da obra: “A análise marxiana do capitalismo envolve um grau maior de complexidade do que o alcançado na consideração dos mecanismos da circulação simples, embora tenha esta, por outro lado, como seu pressuposto necessário. A relação entre as duas análises, a passagem de uma à outra, constitui uma das dificuldades do estudo de *O capital*, por suscitar questões sobre a antecedência histórica de uma sociedade mercantil simples à capitalista, sobre a conseqüente vigência da lei do valor em sociedades pré-capitalistas, sobre a vigência dessa lei no capitalismo ou negação desta pelo capital e, enfim, sobre por que a apresentação do capital requer a da circulação mercantil simples e até que ponto a ultrapassa” (GRESPLAN, 2012, p. 83).

certamente está por detrás da conclusão, a que chegou Callinicos, por exemplo, de que Marx teria mudado sua opinião a respeito do tema na passagem de uma obra à outra. Esperamos ter deixado claro que não é esse o caso e assim colaborado de alguma maneira para a compreensão da teoria de Marx, mais importante que isso, de seu objeto.

### Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do Livro I d'O capital. In: Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 39-58.
- BIDET, Jacques. *Exploring Marx's Capital: philosophical, economic and political dimensions*. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, Reinaldo. (org.). *Capital: essência e aparência (vol. 1)*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.
- JAMESON, F. *Representing Capital: a reading of Volume One*. London: Verso, 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858; Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- \_\_\_\_\_. Marx to Frederick Engels, 31 July, 1865. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Collected Works, v. 42 (1864-1868)*. Digital Edition. New York: International Publishers, 2010. p. 172-174.
- PAULA, João Antonio de. O conceito de capital no mundo contemporâneo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 17, p. 50-71, 2005.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ e Contraponto, 2001.

SAAD-FILHO, Alfredo. *O valor de Marx*. Campinas: Unicamp, 2011.